



## Tribunal paulista entra na era do processo digital

Junho de 2007 vai entrar para a história do Tribunal de Justiça de São Paulo. É que nesse mês diversas medidas para viabilizar o processo eletrônico serão anunciadas pela presidência do tribunal: todos os juízes e desembargadores do estado receberão certificados digitais, será inaugurado o Fórum Digital Nossa Senhora do Ó, o Diário de Justiça do Estado estará disponível em versão eletrônica e um acordo com o Supremo Tribunal Federal vai permitir que Recursos Extraordinários sejam feitos pela internet.

“É preciso mudar a atual situação. Não é mais possível que um recurso demore cinco ou seis anos para ser julgado”, desabafa o juiz assessor da presidência do TJ-SP, **Eduardo Marcondes**. E é a partir dessas mudanças que ele vê uma luz no fim do túnel.

A situação não incomoda apenas advogados e promotores. Segundo ele, os juízes estão muito infelizes com essa situação e trabalham cada vez mais para resolvê-la. “Produz-se muito individualmente, mas não se chega ao resultado adequado à população”, lamenta. O Judiciário paulista conta com mais 45 mil funcionários, 1.800 juízes de Direito, 360 desembargadores e 85 juízes substitutos de segundo grau.

Marcondes traz estatísticas para explicar o que acontece com o Judiciário do estado. São Paulo tem 22% da população e 49% dos processos de todo o país. Enquanto a população cresce 1,1% ao ano, o número de ações aumenta 12,5%. “Depois dizem que as pessoas não têm acesso à Justiça. Existe até um excesso de acesso”, conclui.

Um dos dados mais impressionantes é o de que 90% do tempo do processo é perdido com o transporte dos autos de um lado para outro. Com a transmissão eletrônica dos documentos, haverá uma drástica redução dos dias desperdiçados.

### Justiça sem papel

O Fórum Digital de Nossa Senhora do Ó, com três varas cíveis e uma de família, não terá prateleiras. Nenhum papel será armazenado lá. Todas as ações devem correr pelo sistema online do Tribunal de Justiça.

Para que o advogado possa ingressar nessa nova cultura ele só precisa ter acesso a um computador e certificação digital ICP Brasil (em torno de R\$ 150). Os que não tiverem computador têm a opção de levar as petições à central de atendimento do fórum para que sejam digitalizadas. Só serão aceitos documentos em PDF, que, segundo o juiz, é um padrão universal e pode ser feito por software livre.

Eduardo Marcondes lembra que esse procedimento vai demorar muito mais tempo do que a transmissão via internet, que em segundos entrega a petição ao julgador.



Além do novo fórum, já está em funcionamento o Expressinho Digital, na Estação São Bento do metrô. Reclamações contra a Sabesp, Telefônica, Embratel, Eletropaulo e Unibanco podem ser ajuizadas. As causas devem ser de até 20 salários mínimos e não são aceitos pedidos de indenização por danos morais. A pessoa deve levar a identidade e a conta que gerou a reclamação.

Segundo o juiz, 80% das causas são resolvidas na primeira audiência, que acontece num prazo máximo de 15 dias. “O custo é reduzido, há agilidade na tramitação e descongestiona o Judiciário para que os juízes possam se dedicar a questões mais complexas”, esclarece.

Nos próximos dias, o presidente do TJ, desembargador Celso Limongi, vai assinar um acordo com o Supremo Tribunal Federal para que as informações em Habeas Corpus e Mandados de Segurança sejam prestadas via internet. Para os Recursos Extraordinários também não haverá trânsito de papéis.

Outra novidade anunciada, é que o Diário de Justiça do Estado está em fase de testes, mas já pode ser acessado pelo site [Diário da Justiça Eletrônico](#). De acordo com o juiz Eduardo Marcondes, em breve estará funcionando normalmente.

**Date Created**

02/06/2007